

LUCIVANA GOTFRID DE ARAUJO

**UM NOVO OLHAR SOBRE A INCLUSÃO**

ARAUCÁRIA  
2005

LUCIVANA GOTFRID DE ARAUJO

## **UM NOVO OLHAR SOBRE A INCLUSÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de especialista no curso de Pós Graduação em especialização em Inclusão / Educação Especial pela Universidade Federal do Paraná – UFPR. Sob orientação da Profª Joseth Antonia Oliveira Jardim Martins.

ARAUCÁRIA  
2005

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	2
1.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	3
1.1 A Exclusão Social e Educacional - O Diferente.....	3
1.1.1 A questão da Inclusão Escolar.....	5
1.1.2 A Legislação que ampara a inclusão.....	8
2. PRINCIPAIS QUESTÕES SOBRE A INCLUSÃO.....	11
2.1 O que é Inclusão?.....	11
2.2 O que é a pessoa portadora de deficiência.....	11
2.3 Quem é o portador de necessidades educacionais especiais.....	11
2.4 O que são Classes Especiais?.....	11
2.5 O que é escola inclusiva?.....	12
2.6 Qual a diferença entre inclusão e integração.....	12
2.7 As principais resistências para a inclusão.....	12
2.8 O que precisamos fazer para este quadro ser modificado?.....	13
2.9 Como derrubar os preconceitos da inclusão?.....	13
3. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL.....	14
3.1 Vantagens da inclusão para a socialização dos educandos com e sem deficiência.....	14
3.2 Como os pais podem ajudar seus filhos?.....	15
3.3 Como os pais podem aceitar a deficiência dos filhos?.....	15
3.4 A insegurança e a ansiedade dos pais, dos educando e dos educadores quanto à inclusão.....	15
4. DÚVIDAS DOS PAIS DE ALUNOS SOBRE A INCLUSÃO.....	17
4.1 Somente meu filho precisa de tratamento adequado?.....	17
4.2 O que causou o problema no meu filho?.....	17
4.2.1 De quem é a culpa pela deficiência?.....	18
4.2.2 Todos os filhos também terão problemas?.....	18
4.3 Meu filho sofre?.....	18
4.3.1 Meu filho tem o mesmo sentimento de qualquer pessoa?.....	19
4.3.2 O que meu filho pensa sobre o seu problema?.....	19
4.3.3 Meu filho tem algum afeto por nós?.....	19
4.4 Por que meu filho se comporta de modo estranho?.....	19
4.5 Com tratamento meu filho vai melhorar? Vai progredir?.....	19
4.5.1 De que ajuda meu filho precisa?.....	20
4.5.2 Quem são os profissionais que devo procurar? São confiáveis?.....	20
4.6 Como os pais podem ajudar o filho portador de necessidades especiais.....	20
4.6.1 Como os pais podem conduzir a relação com outros filhos?.....	21
4.6.2 Como os pais podem lidar com as brigas entre os irmãos?.....	22

4.6.3 Proteção em excesso dos pais para com seus filhos portadores de necessidades especiais.....	24
4.7 Por que os pais preferem ou rejeitam um filho com necessidades especiais?.....	24
4.8 Por que os pais acabam fazendo diferenças entre os filhos?.....	25
4.8.1 Há algumas brincadeiras e jogos para a interação de pais e filhos?.....	27
4.9 Projeto Escola Inclusiva.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	31
REFERÊNCIAS.....	33

*“O desconhecimento estimula a omissão;  
o conhecimento nos liberta do preconceito,  
da segregação e da falta de cidadania.”*

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discutir a questão da aceitação dos alunos com deficiência pelos professores que atuam em classes comuns do Ensino Fundamental. Para tanto, serão abordados aspectos referentes à exclusão social e educacional do aluno com necessidades especiais, a inclusão escolar, aspectos legais que amparam a inclusão e a importância da família no processo inclusório.

A experiência e a observação têm demonstrado o inestimável valor que a presença e a preocupação dos pais representa no processo de desenvolvimento da criança com deficiência mental. Nesse sentido, torna-se importante entender com mais propriedade o universo do qual essas crianças fazem parte, e o que de fato representam os pais nesse processo da busca do desenvolvimento equilibrado para seus filhos.

Nesse sentido, o papel da família no desenvolvimento da criança com deficiência, traz como consequência a apuração de novos métodos de abordagem do problema, melhorando o atendimento das necessidades evidenciadas. A sensibilização das instituições, o aperfeiçoamento dos profissionais da área e a busca de maiores informações por parte da família são preocupações que devem estar sempre presentes na busca de materiais, descobertas, análises e discussões de formas alternativas de melhoria do atendimento da criança com deficiência mental.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O suporte teórico deste trabalho terá como discussão, primeiramente a exclusão social e educacional – o “diferente”; em seguida, uma reflexão sobre as principais questões que envolvem a inclusão, depois uma pequena abordagem de como está a situação da educação inclusiva no Brasil; e por fim, analisar algumas dúvidas freqüentes que os pais de alunos especiais têm quanto ao encaminhamento de seus filhos com algum tipo de deficiência ao ensino regular.

### **1.1. A EXCLUSÃO SOCIAL E EDUCACIONAL – O DIFERENTE**

“Historicamente, o problema básico enfrentado pelos deficientes é que eles nos deixaram com medo. Como seres humanos desenvolvidos, aprendemos a tomar certas precauções. Deve-se ter medo do desconhecido, do estranho, do diferente. Num mundo primitivo cheio de perigos possíveis, não sabíamos que tipo de perigos se escondiam em lugares estranhos, escuros, ou nos corações dos desconhecidos. Talvez, mais especificamente, não saibamos, como seres humanos, o que se encontra além da própria vida. Como seres humanos somos finitos, mortais, ficamos velhos, doentes e morremos. Para muitos de nós esses pensamentos são assustadores e não desejamos lidar com eles; não queremos enfrentar essas verdades. Se as pessoas deficientes simbolizam ou representam o nosso finito, se eles resolvem esses medos reprimidos, então não é surpreendente que os excluamos de nossas tribos, de nossas escolas, de nossos lugares de trabalho e de lazer...” (Martin apud KIRK & GALLAGHER, 1996, p.28)

Todas as pessoas que não se enquadram nos padrões sociais são consideradas diferentes. Entre elas encontram-se os negros, os índios, os homossexuais, os portadores de deficiências e muitos outros. Os padrões sociais apontam para uma pessoa branca, de preferência do sexo masculino, bonita, saudável, rica e inteligente, ou pelo menos com um comportamento “normal” perante a sociedade. E onde se encaixa grande parte da sociedade, que não faz parte perfil de “normalidade”? Onde ficam as mulheres, os velhos, os pobres, os doentes, os deficientes?

Há muito sabemos da estigmatização e exclusão dos portadores de deficiência, desde os séculos mais remotos, quando passaram por “eliminações”, piedade, esconjurações; foram considerados objetos de “bruxaria” e muitas outras barbaridades. Enquanto não se tinha informações acerca da deficiência, até se pode conceber o fato de alguém diferente causar tanto incômodo. De acordo com Vitor da Fonseca (1991), as pesquisas a respeito de deficiência (principalmente a mental) só se iniciaram por volta do século XIX, tendo como precursores: Esquirol, Séguin, Itard, Down e outros. A partir daí, muitos outros surgiram, trazendo novas contribuições sobre o tema. O que dizer, então, de pessoas que em plena virada de milênio, ainda se mantêm desinformadas sobre o que seja de fato a deficiência mental, confundindo-a com loucura, doença? Pessoas que tratam portadores de deficiência como “seres” sem sentimento, dignos de pena, que nunca se enquadrarão nas “normas sociais”, que nunca produzirão que devem ser guardados, protegidos, esquecidos em instituições que mais fazem segregar do que educar? O que dizer de pessoas que se dizem educadores e sequer se propõem a estudar e conhecer um pouco mais sobre o que é realmente a deficiência e quais as formas de intervenção com um portador de deficiência?

Sem informação e sem recursos financeiros, envolvidos em um contexto onde a sobrevivência é a principal luta, os portadores de deficiência ficam esquecidos num canto pela família, pela comunidade e pelas autoridades. Ficam marginalizados do convívio social, sem cidadania, sem dignidade.(RESENDE, 1996, p.16).

A falta de informação, portanto, contribui para a exclusão. Há milhares de pessoas que, só porque não acompanham o ritmo frenético das demais, estão sendo humilhadas, privadas de novos conhecimentos, novos saberes, novas relações sociais. É hora de se dar um basta na falta de informação.

*Não é possível que toda uma sociedade se transforme primeiro para depois transformar também a situação de abandono de um segmento expressivo da população geral. Para isso, é necessário o apoio de toda a sociedade. E esse apoio passa, obrigatoriamente, pela informação e pelos meios de comunicação de massa. (RESENDE, 1996, P.16)*

Ao referir-se à informação e ao apoio de toda a sociedade, o Manual “Mídia e Deficiência” sugere que cada um faça a sua parte, que não espere somente por decisões governamentais. Toda informação verdadeira, científica, deve ser amplamente divulgada, para que cada vez mais pessoas tomem conhecimento das questões acerca da deficiência, e assim, talvez, diminua-se a rejeição causada pela desinformação.

Rosana Glat realizou um estudo buscando compreender a exclusão de pessoas portadoras de deficiência mental e, baseada em pesquisadores da área, concluiu que não aceitamos o deficiente porque não queremos que ele seja ‘um de nós’, não queremos ser iguais a eles. Ao mesmo tempo, precisamos dessa relação para mostrar nossa ‘superioridade’, pois os superiores (nós) precisam dos inferiores (no caso, os deficientes).

A visão do deficiente, portanto, nos perturba porque ele funciona como um espelho no qual vemos refletida a ameaça de nossa deficiência potencial. Devido à fragilidade natural do ser humano, gostamos de pensar sobre nós mesmos como pessoas completas, constantes e permanentes. O deficiente, porém, nos faz lembrar da nossa própria falta, instabilidade e efemeridade. (1995, p.32).

Como esclarece a autora, o deficiente nos remete a uma situação de inferioridade, quando nos mostra “o lado oculto de nossa personalidade” (1995, p.33), mas, ao mesmo tempo, “as pessoas normais precisam dos estigmatizados para valorizarem a si mesmas e a sua situação de vida” (Coleman apud GLAT, 1995, p.33).

Assim também se pode tentar explicar o processo de exclusão, julgando-se pela ótica da necessidade de manutenção da inferioridade, para a conseqüente “promoção dos seres superiores”.

### **1.1.1 A QUESTÃO DA INCLUSÃO ESCOLAR**

Queremos ter certezas e não dúvidas – resultados e não experiências - , sem nem mesmo percebermos que as certezas só podem surgir através das dúvidas e os resultados, somente através das experiências. (Jung in MANTOAN, 1997).

A inclusão é algo novo, que suscita mudança, e como tudo o que é novo, traz consigo dúvidas e incertezas, e gera desconforto em muitas pessoas. Para que se possa aceitar uma mudança, é preciso que, além de compreender o que é proposto,

faça-se um esforço para colocar em prática. Todas as novas propostas são difíceis de compreender e aceitar de imediato, mas é somente através da informação, do estudo e da experiência, que podemos ter certezas. Temos vários depoimentos de experiências que deram certo, relatados nos Anais do II Congresso Brasileiro e I Encontro Latino-Americano sobre Síndrome de Down, porque algumas pessoas ousaram, experimentaram, errando, também, mas também, mas tentando acertar e buscando sempre novas alternativas. E é assim que se faz a inclusão: ousando, buscando novas alternativas, modificando o que temos hoje de segregacionistas para um futuro – inclusivista, onde todos possam receber uma educação de qualidade, participando dos mesmos grupos, das mesmas atividades, das mesmas descobertas.

A educação para pessoas com deficiência mental tardou a acontecer, iniciando-se somente no século XIX, com o método Itard, que trabalhou com Vitor, um menino encontrado em uma floresta no Sul da França em 1800, que foi denominado “Selvagem de Aveyhron”. Seguiram-se a esse profissional, outros médicos, como Seguin, Guggenbühl, Montessori e Descoudres, que também trabalharam com a educação de pessoas com deficiência mental.

No Brasil, a “Educação Especial” só passou a constar na política educacional nos anos 50 – 60 do século XX, embora algumas experiências educacionais inspiradas nos modelos europeus e norte-americanos tenham iniciado no século XIX. Durante muito tempo, predominou o modelo médico na educação de pessoas com deficiência mental, e ainda hoje, percebemos fortes desse modelo, muito arraigado em nossa sociedade. O enfoque médico sobre a deficiência centrava-se na questão básica de descobrir um meio de eliminar a deficiência ou de ajudar a criança a se adaptar ao seu mundo. Com o surgimento de novas pesquisas e novas concepções acerca do assunto,, passou-se a falar em um modelo ecológico, que enfatiza as relações com o ambiente. Pesquisas demonstram que muitas crianças sem lesão neurológica comportaram-se como deficientes mentais na escola, não conseguindo acompanhar as exigências escolares em ritmo acelerado. Esse caso, Maria Teresa Mantoan denomina de “déficit circunstancial, em que intervêm os determinantes sociais” (1997, p. 17).

Qual o objetivo desse ensino? Acumular conhecimentos úteis? Aprender a aprender? Aprender a inovar, a produzir o novo em qualquer campo, tanto quanto no

saber? Aprender a controlar, a verificar ou simplesmente a repetir? (Piaget in MANTOAN, 1997, p.44).

Temos, hoje, uma gama de conhecimentos a respeito das questões que envolvem a deficiência, seja ela real ou circunstancial. Basta que saibamos como utilizar esses conhecimentos, em benefício das pessoas que têm um potencial a ser explorado e que, até hoje, foram tratadas em um mundo à parte, “protegidas” deste universo de informações galopantes no qual vivemos. Não temos a pretensão de pensar que já se sabe tudo, hoje, e que o conhecimento que surge agora é o mais correto. Mas devemos nos manter atualizados e abertos ao novo, pois as pesquisas nos mostram que, para a nossa realidade atual, as novas descobertas podem e devem ser utilizadas.

A questão da inclusão escolar de pessoas com deficiência mental vai muito além de um modismo; trata-se de uma necessidade. Não podemos mais brincar de ensinar, enquanto essas pessoas fingem que aprendem. Devemos dar um basta nesse tipo de “educação da deficiência” e passar a uma “educação das potencialidades”.

Educação para todos, sem distinção de raça, cor, religião e capacidade de aprendizagem é o princípio básico da inclusão. Trabalhar com a diferença, sim, pois ela está aí e não pode ser negada nem modificada, e por isso mesmo, a valorização e o respeito à individualidade de cada um no grupo.

Incluir significa tornar o meio “o mais favorável possível”, e não “o mesmo restritivo possível”, como se pregava com a integração. No processo de integração, as pessoas é que deveriam se adaptar ao meio. A inclusão nos mostra que há necessidade de que a sociedade se prepare para lidar com todas as pessoas, com suas diferenças e semelhanças. E assim é com a escola: ela deve estar preparada para todos os alunos, sejam eles pessoas com ou sem deficiências.

A educação inclusiva traz benefícios para todos, e o Programa da ONU em Deficiências Severas, citado em Sasaki, mostra-nos alguns desses benefícios:

1. Os estudantes com deficiência: desenvolvem a apreciação pela diversidade individual; adquirem experiências diretas com a variação natural das capacidades humanas; demonstram crescente responsabilidade e melhora da aprendizagem através do ensino entre os alunos;

2. Os estudantes sem deficiência: têm acesso a uma gama mais ampla de modelos de papel social, atividades de aprendizagem e redes sociais; desenvolvem em escala crescente, o conforto, a confiança e a compreensão da diversidade individual deles e de outras pessoas; demonstram crescente responsabilidade e crescente aprendizagem através do ensino entre os alunos; (...) (1997, p. 124).

Sabemos que todos só têm a ganhar com a inclusão, mas o medo e a desinformação ainda fazem parte de muitas de nossas escolas, que contam com professores mal remunerados, desinteressados, despreparados, desamparados. A princípio, o professor seria o profissional da educação (e da educação de alunos, sejam eles quais forem) então, a quem conferir a responsabilidade de educar, se não a esse profissional?

### **1.1.2 A LEGISLAÇÃO QUE AMPARA A INCLUSÃO**

Embora seja possível fazer cumprir uma lei que obrigue escolas a receberem crianças portadoras de deficiência em suas classes e empregadores a contratarem uma percentagem de deficientes em suas empresas, não se pode fazer uma lei obrigando que as pessoas aceitem e sejam amigas dos deficientes. (GLAT, 1995, p. 16).

Sabemos que não se pode fazer com que a aceitação seja imposta às pessoas, mas devemos lutar para que as leis sejam cumpridas e os direitos de todos os cidadãos, deficientes ou não, sejam respeitados.

A legislação de um país sempre reflete a política e a ideologia dominantes no momento da criação dessas leis. Desta maneira, verificamos que a legislação que diz respeito às pessoas com deficiência passou pelas mesmas fases pelas quais passou a educação especial, já tendo abordado claramente as idéias de reabilitação impostas pelo modelo médico, como foi o caso da Portaria Interministerial nº 477, de 11/8/77.

Já em 1998, com a promulgação da Nova Constituição Brasileira, a questão da deficiência é bastante abordada, mas, de acordo com Mazzotta, ainda não há uma visão totalmente “dinâmica ou não-linear da relação entre o portador de deficiência e a educação escolar (comum ou especial)”, o que só ocorrerá quando “se entender que as várias alternativas são extensivas ao atendimento educacional dos portadores de deficiência”, e não quando se conclui que o “educando portador de deficiência

necessariamente (precisa de) educação especial e educando normal necessariamente (precisa de) educação comum ou regular” (1996, p.78).

Podendo citar, aqui, a idéia de Sasaki, quando este nos diz que existem leis “gerais e especificamente pertinentes à pessoa deficiente” e que “tanto as leis gerais como as específicas podem ser integracionistas ou inclusivas” (1997, p. 146). As leis gerais inclusivas, ou seja, as que “sem mencionar este ou aquele segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero ou deficiência” (1997, p. 146), ainda estão por ser feitas, bem como as específicas inclusivas, que garantem modificações no ambiente físico e humano e facilitam o exercício dos direitos das pessoas com deficiência.

O que temos, hoje, então, em sua grande maioria, são leis, documentos e políticas que refletem um protecionismo e um assistencialismo, funcionando como “discriminação às avessas” (SASSAKI, 1997, p. 148), quando se garante emprego para pessoas com deficiências, apenas porque são deficientes, por exemplo, como no Art. 37 da constituição da República.

Relacionando-se à educação, especificamente, podemos citar, além da constituição da República, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração Universal dos Direitos da Criança, a LDB 9394/96, a Constituição do Estado do RS, a Lei 7853/89 (Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência), muitas garantindo o acesso e a permanência das pessoas com deficiência em estabelecimentos de ensino, preferencialmente no sistema regular.

Como já citado anteriormente, as leis e políticas públicas são o reflexo da época em que foram criadas, revelando o pensamento de quem as elabora, o que pode ser expresso pelas palavras do Ministro da Educação no ano de 1991, sobre o repasse de verbas a instituições educacionais que trabalham com pessoas com deficiência: “Por mais simpatia que eu possa ter para com as crianças deficientes, não dá para esquecer as crianças brasileiras sem acesso ao 1º grau” (Balleroni apud MAZZOTTA, 1996, p. 86). Essa citação revela o quanto de preconceito ainda há em nossa sociedade, e principalmente entre nossos governantes, que deveriam ser pessoas altamente esclarecidas sobre os assuntos com os quais trabalham, mas o que vemos, muitas

vezes, é a ocupação de cargos por pessoas desqualificadas e desinteressadas, que estão no poder apenas para atender às necessidades do partido ao qual são filiados.

A década de 80 foi considerada um marco na luta pela participação de pessoas com deficiência e suas organizações no processo de criação de políticas e programas de atendimento à pessoa deficiente, de acordo com Sasaki (1997). Espera-se que, a partir desses movimentos e, a exemplo da declaração de Salamanca e das Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, a vontade e as necessidades de pessoas com deficiência sejam realmente respeitadas, num caminho mais próximo do ideal da inclusão.

## **2. PRINCIPAIS QUESTÕES SOBRE A INCLUSÃO**

Procurei definir o que é Inclusão, com base em alguns autores que vêm desenvolvendo trabalhos significativos nessa área do conhecimento.

### **2.1 O que é Inclusão?**

Inclusão é uma forma de inserção do aluno/a a uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Fundamenta-se em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas de seu alunado.

### **2.2 O que é a pessoa portadora de deficiência?**

A pessoa com deficiência é aquela que apresenta, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social.

### **2.3 Quem é o portador de necessidades educacionais especiais?**

É o educando que apresenta, em caráter permanente ou temporário, algum tipo de deficiência física, sensorial, cognitiva, múltipla, condutas ou altas habilidades, necessitando por isso, de recursos especializados para desenvolver plenamente seu potencial e/ou superar ou minimizar suas dificuldades.

### **2.4 O que são Classes Especiais?**

A Classe Especial é uma sala de aula preferencialmente distribuída na Educação Infantil e Ensino Fundamental, organizada de forma a se constituir em ambiente próprio e adequado ao processo ensino/aprendizagem do educando portador de necessidades educacionais especiais.

Na Classe Especial, tentamos encontrar caminhos e meios facilitados para a aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais, através de

uma política de ação pedagógica, recursos educacionais mais individualizados e conta com o professor especializado.

### **2.5 O que é escola inclusiva?**

Na escola inclusiva, o processo educativo deve ser entendido como um processo social, onde todas as crianças portadoras de necessidades especiais e de distúrbios de aprendizagem têm o direito à escolarização o mais possível do normal.

O alvo a ser alcançado é a integração da criança portadora de deficiência na comunidade. Uma escola inclusiva deve ser uma escola líder em relação às demais. Ela se apresenta como a vanguarda do processo educacional.

O seu principal objetivo é fazer com que a escola atue através de todos os seus escalões para possibilitar a integração das crianças que dela fazem parte.

### **2.6 Qual a diferença entre inclusão e integração?**

Embora ambas constituam formas de inserção do portador de necessidades educacionais especiais, a prática da integração vem dos anos 60 e 70, e baseou-se no modelo médico/clínico da deficiência. Neste modelo os educandos portadores de necessidades educacionais especiais precisavam modificar-se (habilitar-se, reabilitar-se, educar-se) para tornarem-se aptos a satisfazerem os padrões aceitos no meio social, familiar, escolar, profissional, recreativo, ambiental.

A prática da inclusão vem da década de 80, porém consolidada nos anos 90, segue o modelo social da deficiência, segundo o qual a nossa tarefa consiste em modificar a sociedade (escolas, empresas, programas, serviços, ambientes físicos, etc.) para torná-la capaz de acolher todas as pessoas que apresentem alguma diversidade, portanto, estamos falando de uma sociedade de direitos para todos.

### **2.7 As principais resistências para a inclusão**

Tanto no âmbito escolar, profissional, familiar como em outros setores, as principais resistências têm como origem o preconceito, a falta de informação e intolerância a modelos mais flexíveis.

O medo do novo, do desconhecido nos educadores tem origem na formação acadêmica, a qual não os habilitou para o trabalho com a diversidade, nem tão pouco o engenheiro que projeta um prédio sem rampas, e demais profissões que não previram uma sociedade para todos.

Durante muito tempo a Educação Especial funcionou com um sistema paralelo e não como parte integrante do sistema geral de educação e ela mesma foi criando um mito de que é muito difícil trabalhar com o educando portador de necessidades educacionais especiais. Sabemos que não é fácil, mas não exige nenhuma hiper-estrutura; nem nenhum supereducador.

## **2.8 O que precisamos fazer para este quadro ser modificado?**

Através de ações de sensibilização da sociedade, convivência na diversidade humana, dentro das escolas inclusivas, das empresas inclusivas e dentro de políticas públicas são os eixos fundamentais para alicerçar o processo da inclusão.

O mais importante é socializar as informações sobre os modelos de inclusão para que as teorias se aproximem revelando verdadeiramente a realidade.

## **2.9 Como derrubar os preconceitos da inclusão?**

Os preconceitos em relação à inclusão poderão ser eliminados ou, pelo menos, reduzidos por meio das ações de sensibilização da sociedade e, em seguida mediante a convivência na diversidade humana dentro das escolas inclusivas, das empresas inclusivas, dos programas de lazer inclusivo. Resultados já existem que comprovem a eficácia da educação inclusiva em melhorar os seguintes aspectos: comportamento da escola, no lar e na comunidade; resultados educacionais senso de cidadania, respeito mútuo, valorização das diferenças individuais e aceitação das contribuições pequenas e grandes de todas as pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem, dentro e fora das escolas inclusivas.

### **3. A SITUAÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**

No país inteiro vêm acontecendo uma série de discussões a respeito do que seria a Inclusão e de como o Sistema de Ensino vem adaptar-se a essa nova realidade.

A educação inclusiva embora tenha sido bandeira da educação especial, não implica somente em incluir o portador com alguma deficiência no sistema regular de ensino. Diz respeito a um sistema educacional que dê respostas educacionais com qualidade ao conjunto das pessoas.

#### **3.1 Vantagens da inclusão para a socialização dos educandos com e sem deficiência**

O desenvolvimento da consciência de cidadania não pode restringir-se à questão de direitos e deveres das pessoas em geral, mas deve abranger as questões referentes aos grupos excluídos ou rejeitados pela sociedade. A escola, enquanto a gente que educa crianças, jovens, adultos e idosos, precisa oferecer oportunidades para este tipo mais abrangente de formação de cidadãos. Mais do que isso, a escola precisa oferecer oportunidades de desenvolvimento de comportamento e atitudes baseados na diversidade humana e nas diferenças individuais dos seus alunos.

Quando os educandos dos mais diferentes estilos estudam juntos, podem se beneficiar com os estímulos e modelos comportamentais uns com os outros. O ser humano necessita passar por esse tipo de experiência para se desenvolver integralmente.

A convivência na diversidade humana pode enriquecer nossa existência desenvolvendo, em variados graus, os diversos tipos de inteligência que cada um de nós possui. O fato de cada pessoa interagir com tantas outras pessoas, todas diferentes entre si em termos de atributos pessoais, necessidades, potencialidades, habilidades, etc, é a base do desenvolvimento de todos para uma vida mais saudável, rica e feliz.

### **3.2 Como os pais podem ajudar seus filhos?**

Aceitando a deficiência. Se os pais não aceitarem a deficiência de seu filho, dificilmente ela será aceita pelos outros membros da família e terá maior dificuldade na integração social, escolar, etc.

Quando os pais aceitam a deficiência, a família pode começar a fazer planos para resolver os problemas de uma maneira justa e construtiva. Quando os pais rejeitarem a deficiência, o ajustamento dos irmãos, amigos, etc, torna-se problemático.

### **3.3 Como os pais podem aceitar a deficiência dos filhos?**

Não se culpar, mesmo que tenha existido alguma forma de negligência com a criança, e por conta disso colaborou para piorar o quadro comportamental ou da deficiência. O que vale a pena saber é que precisará enfrentar a situação de uma forma ou de outra.

Se penalizar só irá contribuir para mais dor e sofrimento, e acarretará mais dificuldade em encontrar ajuda correta e eficiente para os pais e para a criança. O diagnóstico médico da criança é um fator importante para esclarecer aos pais sobre o uso de medicação e, se for o caso, exames, escola e cuidados adequados, etc.

Auxilia também a eliminar crendices, pensamentos mágicos, buscas de terapias alternativas que não tenham nenhum cunho científico, isto só leva os pais a se cansarem, ficarem desmotivados, achando que o filho não tem jeito.

Saber as possibilidades reais do filho e atendimentos adequados é o que efetivamente irá ajudar os pais.

### **3.4 A insegurança e a ansiedade dos pais, dos educando e dos educadores quanto à inclusão.**

Os sentimentos de insegurança e ansiedade têm origem no medo do desconhecido, geralmente o pensamento é preenchido por idéias, fantasias, expectativas frente à situação nova que deverá ser enfrentada, via de regra sentida como ameaçadora e perigosa.

Os pais, os educandos, os educadores e pessoas em geral costumam sentir isto em situações que requerem novas adaptações e modificações da forma de pensar sobre a questão ou fato.

Quanto mais seguro e calmo o educador estiver frente a qualquer que seja a situação, a ansiedade dos pais, do educando se dissolverá com facilidade. Para isso o educador deve se sentir respaldado, informado e sensível, evitando posturas radicais, imposições, descasos, resistências, etc.

O modelo de comportamento do educador influenciará decisivamente o comportamento dos pais e dos educandos.

É sempre bom lembrar que cabe ao papel do educador ser o mediador da situação, nunca ser o ditador (achando que sabe o que é melhor para o educando) ou ser um juiz (julgando os comportamentos de forma moral, quer seja dos pais ou do educando).

O papel de mediador exige postura compreensiva, diálogo, flexibilidade e delicada firmeza. Salientando também que cabe aos pais procurarem informações e situações que acolham suas dúvidas e medos, permitindo uma aproximação saudável e equilibrada sobre a nova situação. Esta postura favorece sensivelmente o apoio ao filho e a acomodação benéfica para todos, evitando desgastes e conflitos.

#### **4. DÚVIDAS DOS PAIS DE ALUNOS SOBRE A INCLUSÃO**

Apresentarei, em seguida, alguns esclarecimentos referentes às posturas tanto de educadores, pedagogos, professores e as famílias principalmente, no que se refere ao tipo de comportamento diante de casos de crianças com necessidades educacionais especiais.

##### **4.1 Somente meu filho precisa de tratamento adequado?**

É um engano pensar que só a criança precisa de tratamentos quer seja médico, escolar ou psicológico, os pais geralmente precisam de alguma forma de apoio.

Os pais sentem-se fragilizados, assustados, inseguros, e muitas vezes a culpa, a revolta, a raiva, sentimentos de depressão ou negação perduram por muitos anos contribuindo para sofrimento familiar.

Essa situação só colabora para adiar um atendimento adequado e com maior sucesso de intervenção precoce para a criança.

Orientações terapêuticas ou grupos de pais são excelentes formas de apoio e surtem efeitos benéficos na relação do casal, na relação com o filho, demais filhos e da família como um todo.

##### **4.2 O que causou o problema no meu filho?**

A notícia de uma deficiência obriga a família, particularmente os pais e os irmãos, a reverem seus sonhos e expectativas para a criança deficiente e para a família como um todo.

O período de adaptação em que cada um dos elementos da família levará para aceitar o problema variará individualmente. Em algumas famílias, o processo pode ser longo e difícil, em outras, poderá ocorrer com mais facilidade.

Todos os membros da família enfrentam tensão, "stress", depressão, raiva e negação. É importante, neste momento, procurarem alguém para acolher seus desapontamentos (especialista, psicólogo, amigo, um parente) como o objetivo de serem ouvidos, compreendidos e conseguirem pensar sobre o assunto de maneira mais clara, buscando uma solução adequada.

#### **4.2.1 De quem é a culpa pela deficiência?**

A busca de culpados é muito freqüente com já comentei, esta forma de manifestação emocional vem como uma tentativa de justificar de maneira concreta uma causa evidente, uma tentativa de empurrar para outro toda a responsabilidade; julgo ser incapaz de sentir e buscar alguma forma de reparação ou mesmo de negar o que está acontecendo. Estas saídas buscam diminuir a dor e o sofrimento, porém não são eficazes. Podem durar muitos anos e o tempo perdido poderá ser precioso para os cuidados adequados para a criança.

Os pais, por estarem sobre o efeito de forte tensão e fragilidade, sentem-se ameaçados de como irão falar a notícia para a família, outros filhos, amigos, parentes, etc..., sendo mais um fato que contribui para arrumarem culpados.

#### **4.2.2 Todos os filhos também terão problemas?**

Depende de cada caso, em especial se foi alguma causa genética ou hereditária os próximos filhos ou os atuais poderão ou não ter algum tipo de deficiência. Caso tenha esta suspeita, ou seja, um destes casos é importante procurar um Aconselhamento Genético, com o objetivo de realizar exames de pesquisa para saber as probabilidades disto ocorrer ou não novamente.

#### **4.3 Meu filho sofre?**

Precisamos definir o que a família entende por sofrimento: dor física, emocional, consciência da patologia, etc... Caso qualquer pessoa que possui sentimentos e esteja exposta a dores, tensão, "stress", conflitos, impasses, sofrem as angústias disto tudo, o portador de necessidades educacionais especiais também.

Isto pode ser administrado a cada caso e de como cada família vive a experiência de ter um portador de necessidades educacionais especiais. Se a família enfrenta a situação, se conversa sobre o assunto, sente-se mais unida, etc.

Posturas assim diminuem o sofrimento para todos, mesmo no caso do filho sofrer algum tipo de sofrimento físico, os pais estarão mais sensíveis e firmes para suportarem o processo, se puderam conversar sobre o assunto.

#### **4.3.1 Meu filho tem o mesmo sentimento de qualquer pessoa?**

O portador de necessidades educacionais especiais pode, às vezes, não ter a mesma capacidade cognitiva para entender a situação que o aflige, mas isto não impede que possamos conversar (desenhar, consolar, brincar) com ele de forma mais simples, falando do sentimento que ele vive: se está com medo, triste, deprimido, chateado, com raiva, etc...

#### **4.3.2 O que meu filho pensa sobre o seu problema?**

Somente o portador de necessidades educacionais especiais pode nos dizer, através de um gesto, conversa, desenho, etc... Sempre há algum nível de consciência presente sobre o que está acontecendo com ele.

#### **4.3.3 Meu filho tem algum afeto por nós?**

Às vezes, esperamos demonstrações conhecidas, mas a individualidade de cada um e o convívio diário servirão como indicadores destas expressões de sentimentos, que podem ser: de amor, carinho, raiva, revolta, etc... É a mesma relação com qualquer pessoa, uma vez que corremos os riscos sentimentais e afetivos sem garantias de sermos gratificados, frustrados, desapontados, reconhecidos, etc... O que variará no portador de necessidades educacionais especiais será o grau e a frequência de cada comportamento e sentimento expressado.

#### **4.4 Por que meu filho se comporta de modo estranho?**

Precisamos saber o que os pais, os elementos da família, ou as pessoas envolvidas, entendem como comportamento estranho, que pode ser muito diferente para cada um. Só depois compreender o que de fato está acontecendo. Buscar nomes de diagnósticos, comparações, apelidos, entre outros, só geram mais preconceito e não colaboram para a melhora do relacionamento.

#### **4.5 Com tratamento meu filho vai melhorar? Vai progredir?**

São questões muito importantes, que indicam a preocupação e ansiedade dos pais ou pessoas envolvidas.

Não existe uma resposta padrão para estas questões, sabemos hoje que a medicina, a tecnologia e outros meios de saúde estão muito desenvolvidos, mas ainda não há cura para diversas patologias. Atualmente encontramos formas atenuantes de administrar a situação e minimizar sofrimentos do portador de necessidades educacionais especiais e da família.

A melhora, o progresso e os resultados vão depender de vários fatores: desde as condições do portador de necessidades especiais (aspectos psíquicos, físicos, comprometimento da patologia, etc) aos elementos envolvidos (pais, técnicos, abordagem terapêutica escolhida, prescrição adequada de medicação, situação econômica da família, serviços públicos adequados, etc...).

#### **4.5.1 De que ajuda meu filho precisa?**

A primeira ajuda é mais importante é a dos pais, através de um envolvimento real, vontade, disposição, paciência, responsabilidade e dedicação. Todos os demais envolvidos serão parceiros neste desafio.

Cada caso exigirá formas diferentes de atendimento e serviços adequados. Geralmente a escola ou um profissional de saúde **poderão** ser os primeiros a apoiar e indicar as formas mais adequadas de ajuda.

#### **4.5.2 Quem são os profissionais que devo procurar? São confiáveis?**

Os profissionais mais adequados e confiáveis são aqueles que os pais e o portador de necessidades educacionais especiais possam trabalhar em parceria, sejam respeitados em sua singularidade, sintam-se acolhidos e consigam resultados favoráveis no atendimento.

#### **4.6 Como os pais podem ajudar o filho portador de necessidades especiais?**

Há diversas maneiras com as quais os pais podem ajudar, começando com os cuidados do cotidiano, mas sempre com uma rotina diária. Por exemplo: na alimentação (uso de talheres, copos, escolha de alimentos, nomear os alimentos); cuidados pessoais (banho, troca de roupa, escovar cabelos e dentes); promover alguma independência (trocar uma peça do vestiário sozinho, calçar chinelo, sapatos, pegar

água, pegar uma fruta ou indicar o que deseja); atentar a situações que envolvam perigos e como pedir ajuda; desenvolver na criança senso de identidade autônoma (seu nome, nome dos pais, irmãos, endereço, nomear as partes do corpo); evitar apelidos depreciativos ou infantilizados; nomear objetos, falar sempre onde irão, o que irá fazer; manter horários de sono.

Os outros filhos também podem ajudar, caso não exista esta possibilidade uma atividade boa é contar histórias infantis, brincar com objetos de sucata (potes de tamanhos, formas, cores, espessuras e texturas diferentes), favorecer que as habilidades aprendidas na escola ou com outros profissionais possam ser aplicadas em casa.

Os pais não precisam ficar o tempo todo com a criança, podem estar num ambiente onde ela esteja brincando. A proximidade, presença e a atenção, são importantes, mas isto não quer dizer que os pais tenham que se anular ou viver o tempo todo em função do filho. Ter uma postura mais flexível e responsável alivia a todos as exigências dos cuidados diários e, às vezes, permanentes para a vida toda.

Estas sugestões citadas, normalmente qualquer pai / mãe faz com seus filhos, a diferença está na frequência que estes comportamentos precisarão ser repetidos, mais tolerância e paciência.

#### **4.6.1 Como os pais podem conduzir a relação com outros filhos?**

Podemos destacar s seguintes aspectos para um dialogo entre os pais e os demais filhos:

- a.) Escutar os filhos: ouvir primeiro o que os outros filhos sentem, esperam, temem, sabem, sobre o irmão / irmã portador de necessidades educacionais especiais.
- b.) Informação: Esclarecer de forma clara, delicada e simples qual o problema do filho com necessidades educacionais especiais.
- c.) Dissolver as dúvidas e fantasias: Tirar as dúvidas das perguntas que os demais filhos possam fazer sem ressentimento, raiva ou punição.
- d.) Apoiar: Incentivar os filhos a brincarem, fazerem tarefas, passeios ou atividades juntos.

- e.) Elogios e Agradecimentos: Recompensar, elogiar e agradecer os filhos quando ajudam, quando brincam sem brigar, quando têm iniciativas, quando expressam carinho, quando ajudam em algum problema familiar, quando se oferecem para fazer algo, quando ensinam os pais, etc. Quando os filhos são reconhecidos e têm o exemplo dos pais se tornam mais cooperativos e afetuosos.
- f.) Mediar, perdoar e desculpar: Ponderar as brigas e divergências entre os filhos, evitando punir sempre de forma tendenciosa, mas sempre verificar o que aconteceu. Brigas, ciúmes e rivalidades fazem parte do crescimento dos filhos, a ponderação, mediação, o perdão e a maneira como os pais incentivam cada um destes comportamentos podem gerar mais conflitos ou diminuir. É importante que os pais observem a frequência, motivos dos conflitos e brigas, só depois tomar uma atitude. Incentivar sempre o perdão pela atitude quer seja intencional ou casual e desculpar-se pelo comportamento, isto serve para os pais também, quando fazem avaliações ou punições injustas. Quando houver muita dificuldade, procurar alguém para conversar sobre o fato com o objetivo de ter uma solução mais adequada para todos.
- g.) Brinquedos, jogos: Escolher alguns brinquedos aonde todos os filhos possam ter algo em comum, assim desenvolvam um senso de igualdade e de suas diferenças e preferências individuais.

#### **4.6.2 Como os pais podem lidar com as brigas entre os irmãos?**

É importante que os pais saibam que a maioria dos irmãos deixa de brigar com o passar do tempo. À medida que amadurecem, vai passando o egoísmo, a competição, e surgindo comportamentos mais solidários e de colaboração.

1. Servir de exemplo: Os pais devem se esforçar para controlar seus próprios sentimentos de ciúme e competição, mas demonstrarem uma maneira cooperativa, fornecendo assim o exemplo para os filhos.

2. Estabelecer limites: Os pais devem estabelecer um conjunto de regras para as interações e devem ser fiéis a elas. Regras como não atirar coisas, não machucar, não praguejar, ser responsável, cuidar das coisas, ter horários, recolher os brinquedos e

guardar, ajudar nas tarefas domésticas, etc... Cada família cria suas regras diferentes, mas o importante é deixá-las bem claras para todos.

3. Usar as penalidades: Quando a disciplina é necessária, os pais devem usar uma penalidade: desligar a televisão se os filhos estão brigando por um filme e ninguém consegue assistir e não chegam a nenhum acordo, ficar sem o brinquedo preferido (videogame, bicicleta, boneca) até fazer a tarefa escolar ou cumprir um acordo, perder por um tempo privilégios conquistados, procurar tirar da situação o filho que está provocando a briga e colocar em outro cômodo da casa e ir conversar para ouvir as partes, evitar castigos físicos, xingamentos, ameaças de qualquer ordem. Este comportamento dos pais acaba por retirar sua própria autoridade, pode surtir efeito por um tempo, mais pelo medo e pelas conseqüências do ato do que pelo respeito aos pais. Evitar penalidades que retirem alimentos ou refeições importantes, salvo alimentos supérfluos como: sobremesas, doces, sorvetes, salgadinhos, refrigerantes, etc.

4. Respeito entre os próprios pais: De nada adiantará as regras e as punições aos filhos se cada um dos pais fizerem uso diferente do que estabeleceram, ou só usarem de vez em quando. Os pais que brigam entre si, que não se respeitam ou ficam jogando a culpa ou a responsabilidade para um só do casal, geralmente terá como conseqüência o não cumprimento das regras, quebra dos limites, desrespeito e conflitos constantes.

5. Permanecer neutro: Se os pais não conseguirem saber qual foi o motivo que gerou o conflito, é melhor não tomar partido, e especialmente se for sempre a favor da criança portadora de necessidades educacionais especiais, isto só intensificará a rivalidade. Perdoar todos e observar o relacionamento dos irmãos.

6. Ignorar as simples briguinhas: Os pais não devem intervir em todas as brigas entre os irmãos. Uma boa saída é ignorar as disputas que não infrinjam as regras estabelecidas pela família. Os próprios irmãos poderão arrumar uma solução para a briga, sem usar da força física, ameaça, chantagem ou xingamentos.

7. Ser coerente: Os pais precisam ser coerentes ao orientar um conflito ou decidir por uma atitude responsável. Usar dois pesos e duas medidas para situações iguais ou semelhantes pode causar insegurança e confusão entre os filhos.

#### **4.6.3 Proteção em excesso dos pais para com seus filhos portadores de necessidades especiais**

Os pais que são constantemente superprotetores procuram dar tudo aos filhos, invariavelmente se são portadores de necessidades educacionais especiais ou não, com isso mantêm seus filhos dependentes e sem nenhuma autonomia. Em função da culpa que surge de sentimentos negativos para com os filhos, procuram compensar deficiências e faltas com mimos e presentes. A situação pode e geralmente se agravar quando a criança fica doente ou possui alguma doença de natureza psicossomática, como a bronquite, por exemplo. Os cuidados são necessários neste momento, porém são exagerados. A criança pode instalar este comportamento de adoecer para se defender e fugir das situações onde sinta medo ou muita angústia, mas ganhando por outro lado o apoio e proteção dos pais.

A superproteção faz a criança se sentir frágil, insegura, tímida e sem condições para suprir sozinha as necessidades antes vindas dos pais.

Os filhos crescem, e vão se conscientizando do que aconteceu, passam a expressar agressividade e ressentimento para com os pais, além de se sentirem culpados ao verem a preocupação e aflição deles. Infelizmente a vida não nem mãe e nem pai de ninguém, os filhos precisam fazer decisões assumir responsabilidades, trabalhar, casar, enfrentar situações novas e difíceis e sentem-se despreparados.

Concluindo, esses pais tentaram preparar a vida para os filhos em vez de preparar os filhos para a vida.

#### **4.7 Por que os pais preferem ou rejeitam um filho com necessidades especiais?**

A preferência ou favoritismo, em um dos filhos em relação ao demais pode provocar sentimentos de egoísmo e amor voltado para si mesmo, e da rejeição, impede o desenvolvimento da auto-estima e da autoconfiança.

Independente de a família ter uma criança portadora de necessidades educacionais especiais, isto pode ocorrer em alguns lares. Tais atitudes trazem como conseqüência dificuldades escolares e insucessos em relação a atividades futuras dos filhos.

A origem desses sentimentos pode se encontrar nas fantasias dos pais que escolhem um descendente para concretizar seus sonhos. Quando o filho escolhido consegue ainda algum sucesso, há um pouco de gratificação nestes pais, mas nunca para a exigência, contudo quando isto não acontece é chamado de filho que não deu certo, ingrato, fracassado, não serve para nada, etc.

Esta dinâmica dos pais se desenvolve numa relação ambivalente (inconstante) e contraditória, já que a preferência por um filho leva a rejeição de outro ou outros.

São pais que almejam que seus próprios ideais de vida se realizem através de seus descendentes isto está ligado à qualidade de sentimentos envolvidos como: a auto-estima (narcisismo), a inveja, a voracidade (gula) e a culpa dos pais em relação aos filhos.

A criança que foi desconsiderada e desvalorizada carrega esse peso por toda a vida, em suas atitudes e comportamentos de insegurança, timidez, desânimo e apatia.

O mais preocupante é que esses comportamentos vão se repetindo nas futuras gerações.

É necessário que os pais e filhos se conscientizem da constituição de seu modo de pensar, seu sentimento, seus sonhos, expectativas, esperanças, conversando entre si, respeitando os desejos de cada elemento, pois a forma que vive a família, determinará a sua participação na comunidade.

#### **4.8 Por que os pais acabam fazendo diferenças entre os filhos?**

Toda pessoa que têm um irmão ou irmã deficiente precisa respeitar, primeiramente como indivíduos, depois como seus irmãos que precisam estar integrados à família. Eles devem ser reconhecidos por suas próprias realizações, características, sentimentos, sem serem constantemente comparados com o irmão portador de necessidades educacionais especiais. Precisam ser independentes e desenvolver sua identidade fora da família. Os pais precisam ficar atentos para perceberem se estão exercendo forte pressão ou superproteção sobre os outros filhos numa tentativa de compensar um possível “fracasso” que têm em mente. Estas devem ser as características de qualquer núcleo familiar, mas ela poderá ser intensificada pela

criança portadora de necessidades educacionais especiais se o grupo não ficar atento em suas relações no cotidiano.

Os pais podem utilizar os seguintes pontos para desenvolver uma comunicação com os filhos:

1. Ouvir atentamente: esperar o filho falar, formular a pergunta, caso não entenda, pergunte novamente explicando para que ele possa dar mais detalhes sobre o assunto.

2. Não apressar a conversa: procurar não terminar a frase, palavra, ou concluir apressadamente a conversa. Se no momento estiver ocupado ou com pressa diga que ao voltar poderá conversar com mais tempo e atenção. Evite respostas apressadas e pouco refletidas.

3. Dar o exemplo: os pais devem dar o exemplo, fazendo perguntas francas, buscando informações válidas, expressando seus sentimentos honestamente.

4. Manter-se informados: os pais devem se manter informados, realizar parcerias e trocas com os profissionais que atendem a criança portadora de necessidades educacionais especiais, desta forma poderão transmitir as informações aos filhos de maneira mais clara e segura.

5. Serem sinceros e honestos: os pais, mesmo os bem informados, podem sentir dificuldades em responder perguntas dos filhos. Não precisam se sentir envergonhados, podem dizer que não sabem e vão procurar quem possa ajudar ou que vão pensar sobre o assunto, ou apenas podem se emocionar com teor da questão que também é uma forma de resposta e depois conversar de maneira mais tranqüila sobre o assunto.

6. Fornecer informações equilibradas: um enfoque equilibrado é aquele que consideramos os dois lados da situação, seus aspectos positivos e negativos. Os pais precisam ficar atentos, em sua forma de conversar, evitando distorções, dramatizações, medos, ameaças, chantagens, excessos de positivismo em relação ao assunto, etc.

7. A comunicação não-verbal: os pais, às vezes, não percebem outras formas de comunicação que estão transmitindo aos filhos através das expressões faciais, dos movimentos do corpo, tom de voz, que são demonstradas na conversa e podem estar

em desacordo ou em acordo com o que dizem pela maneira como falam, sentam, movimentam-se.

#### **4.8.1 Há algumas brincadeiras e jogos para a interação de pais e filhos?**

A seguir, apresento algumas propostas de brincadeiras e jogos que visam a interação dos irmãos. São apenas sugestões. Cada ambiente familiar pode se beneficiar de brincadeiras e jogos entre pais / filhos e irmãos / irmãos de forma criativa e variada.

##### **a.) Faixa etária de 0 a 6 anos:**

1. Jogar bola;
2. Brincar com blocos;
3. Boliche;
4. Brincar de loja;
5. Bonecas;
6. Carros e caminhões;
7. Brincar de escola;
8. Brincar de casinha;
9. Soprar bolinhas de sabão;
10. Bolas de gude;
11. Dançar;
12. Cantar;
13. Marchar;
14. Brincar de índio, polícia, bombeiro, etc.
15. Brincar com animaizinhos de plástico ou reais;
16. Usar marionetes;
17. Recortar, colar, pintar, desenhar.

##### **b.) Faixa etária de 7 a 10 anos:**

1. Com regras: xadrez, loto, dominó, cartas, etc.
2. Basquete;

3. Vídeo Game;
4. Preparar lanches;
5. Dançar;
6. Jogos de fantasia;
7. Passear juntos;
8. Pingue-pongue;
9. Piquenique;
10. Nadar;
11. Andar de bicicleta.

**c.) Faixa etária de 11 anos em diante:**

1. Fazer compras;
2. Arrumar o quarto;
3. Ouvir músicas;
4. Preparar refeições;
5. Jogos;
6. Esportes;
7. Escolher programas de TV, cinema, etc.;
8. Artesanato.

#### **4.9 Projeto Escola Inclusiva**

A proposta do Projeto Escola Inclusiva prevê a inclusão com responsabilidade e está alicerçada em incluir alunos portadores de alguma necessidade especial no ensino regular, somente quando estes apresentarem condições pedagógicas e sociais favoráveis para seu convívio, benefício e desenvolvimento. Principalmente, se o ambiente de inclusão respeitar as diferenças para que todos estejam informados e, com isso, o preconceito se dissolva.

Os pais dos alunos regulares e os de necessidade especial serão sempre informados sobre o processo inclusivo.

As informações devem acontecer assim: através de Reuniões de Pais e Mestres, através do professor ou coordenador de Educação Especial. Se os pais estão muito

inseguros, poderão ser atendidos pelo projeto de Orientação de Pais oferecido pela Diretoria de Educação Especial.

A Inclusão é um processo relativamente novo, e que ainda causa muitos medos e resistências entre os pais, educadores e educandos. A família que apresenta alguma resistência deve ser respeitada, porém os profissionais adequados têm o dever de acompanhar, se possível, para que, em um outro momento, possam estar inserindo seus filhos na escola de ensino regular.

Cabe a nós orientá-los levantando os aspectos positivos e negativos da inclusão, permitindo que os pais se responsabilizem pelo processo. A Inclusão nunca poderá ser de maneira impositiva, porque cairíamos nos modelos de tirania desrespeitando o momento de cada um. Salvo em algumas exceções, quando observamos que há prejuízos para a criança ou adolescente, poderemos nos fundamentar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, para mostrar que a situação a qual os pais escolheram não é adequada ou traz prejuízos para o educando e procurar auxílio da promotoria a fim de que os pais incluam seus filhos no ensino regular.

Porém, a legislação vigente, prevê que é facultativo (opcional) o pai matricular seus filhos portadores de necessidades educacionais especiais em Educação Especial. O ingresso no Ensino Especial deverá ser discutido com os pais e com a criança, na oportunidade deverão ser informados e esclarecidos da real necessidade desta modalidade educacional.

No Projeto Escola Inclusiva deve-se oferecer supervisão e acompanhamento ao professor de classe regular que recebe algum educando com necessidades educacionais especiais. Sua capacitação é realizada ao longo do ano letivo através de reuniões promovidas pela Direção do ensino Regular.

A inclusão também depende de cada caso, que informações a criança ou adolescente com necessidades educacionais recebeu em casa, dos pais, na escola, em sua vida social, no contato com os meios de comunicação (televisão, rádio, revistas, jornais, internet, etc). Compreendemos que, em geral, as pessoas apresentam resistências para falarem sobre estes temas que fazem parte do nosso cotidiano, portanto não é pertinente de uma modalidade de ensino ou outra, é uma questão de consciência de mundo que deverá ser encarada como qualquer outro conteúdo que

faça parte da vida. Mas a maneira e a forma de comunicação utilizada para esclarecer estes temas será o diferencial.

Se o aluno não se adaptar à classe regular, ele não poderá voltar para a classe especial. Portanto é imprescindível o período de adaptação de educando incluso em classe regular, só então se efetivará sua matrícula definitiva.

O educador que recebe na classe regular os alunos com necessidades especiais deverá trabalhar de maneira equânime, respeitando os limites individuais de cada portador de deficiência. Contudo, durante este processo, é muito importante a parceria com os pais que devem conversar, ir tirando dúvidas com a professora, com as coordenadoras de Educação Especial, lendo a respeito, conversando com filho. À medida que os pais se sentem mais seguros e conscientes do processo, tudo transcorrerá com mais facilidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que a escola, a fim de garantir o sucesso de seus educandos deve garantir apoio adicional, equipamentos, adaptações necessárias e outros recursos possíveis de serem ofertados pela instituição e pelos demais segmentos da sociedade. Não há como negar que a dificuldade de assimilação dos conteúdos, o atraso acentuado no desenvolvimento dos processos cognitivos, a aprendizagem lenta, as dificuldades de interação, de desenvolvimento da linguagem oral, memorização e reação aos estímulos visuais, auditivos e táteis, requerem um atendimento especializado. Porém, o que enfatizamos é a necessidade da escola realizar um trabalho conjunto com a família.

O objetivo do Estado é colocar toda criança na escola, mas necessitamos de uma educação de qualidade. A educação inclusiva, embora tenha sido bandeira da Educação Especial, não diz respeito a integrar portador de deficiência no sistema regular de ensino. Diz respeito a um sistema educacional que dê respostas educativas com qualidade ao conjunto das pessoas. O que se vê acontecendo no país inteiro é uma série de discussões a respeito do que seria a inclusão e o sistema de ensino, tentando se adaptar a essa nova realidade. Minha avaliação é que já há uma grande consciência da sociedade brasileira quanto à necessidade de incluir o aluno com necessidades especiais. Hoje é politicamente correto associar a imagem de uma empresa à pessoa portadora de deficiência. As escolas brasileiras estão procurando se adaptar a essa nova realidade. Isso tudo é um processo que está em transição e que certamente a cada hora vai melhorar, mas ainda há muito a se fazer.

Então, a luta é pela conquista da dignidade, pois se reconhecem as “diferenças” entre as pessoas como uma característica comum a todos, como algo intrínseco a cada um, contraditoriamente ao princípio da desigualdade como anteriormente era considerado. Por isso, a idéia é agir com naturalidade diante de uma pessoa que apresenta um quadro de deficiência, qualquer que seja, evitando a superproteção e deixando-a fazer sozinha o que estiver ao seu alcance.

Nesse sentido, a concepção de inclusão passa necessariamente, pela oportunidade da criança que apresenta um quadro de deficiência mental, vivenciar

experiências e poder expressar-se com diferentes tipos de linguagem, utilizando-se de materiais e maneiras variadas que possibilitem a sua interação com as outras crianças, valorizando as suas produções e seus esforços. Essa concepção enfatiza o princípio da dignidade, do direito e da cidadania como necessidade de assegurar a todos um tratamento humano, compatível com a capacidade de cada pessoa.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, L. Pensar a diferença / deficiência . Brasília: CORDE, 1994.
- CAMPOS, Luciane M. Lumardi. Os desafios enfrentados no cotidiano escolar. S. Paulo: Caderno de Pesquisa, 193.
- CHAZAUD, J. Introdução a Psicomotricidade. São Paulo: Manoli, 1976.
- COLL, César. Psicologia e currículo – uma aproximação psicológica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1987.
- COLEÇÃO. Com os pés no cotidiano. DF – Brasília. 1998.
- COLEÇÃO. Iniciando nossa conversa. DF – Brasília. 1998.
- CHAZAUD, J. Introdução a Psicomotricidade. São Paulo: Manoli, 1976.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. Ação pedagógica: Educação precoce, pré-escola e escolaridade, o mundo do trabalho. V.2.Coleção Educação Especial, 1993.
- FONSECA, Vitor da. Aprendendo a aprender, a educabilidade cognitiva. Porto Alegre: Arte Médica, 1987.
- II CONGRESSO BRASILEIRO E I ENCONTRO LATINO-AMERICANO SOBRE SÍNDROME DE DOWN, 1997, Brasília. Anais... Brasília: Federação Brasileira das Associações de SD, 1997, p.385.
- XVII CONGRESSO NACIONAL DAS APAES – O portador de deficiência rumo ao Século XXI. Salvador: Federação Nacional das APAES, 1995.